

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Disciplina:** Capacidade Regulatória e Governança Institucional
- **Curso:** Doutorado
- **Tipo Disciplina:** Obrigatória
- **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

- **Ementa:**

Capacidade Regulatória e Governança Institucional. Instrumentos Regulatórios. Governança Regulatória. Políticas Públicas destinadas a fins distintos. Situações de heterodoxia Regulatória. Reflexões críticas sobre arranjos regulatórios e seus impactos na efetividade da implementação de políticas públicas. Regras de redução de risco regulatório. Mecanismos de avaliação de eficácia regulatória. Análise de casos específicos: (i) política de defesa da concorrência; (ii) política anticorrupção; (iii) programas de acesso a crédito; (iv) programas de transferência de renda; (v) políticas de saúde pública; e (vi) política de previdência.

- **Objetivos:**

O objetivo desta disciplina é perpassar o estudo de diferentes formatos e temas de políticas públicas para ensinar sobre como se dá sua estruturação. Para tal, três eixos centrais serão analisados: (i) capacidade regulatória; (ii) instrumentos regulatórios; e (iii) governança regulatória.

A disciplina proporcionará ao aluno a oportunidade de refletir criticamente sobre arranjos regulatórios e seu impacto na efetividade da implementação de políticas públicas destinadas à promoção de fins sociais distintos (i.e., aparentemente, contraditórios), assim como escrever artigos correlacionando à literatura apresentada ao longo do curso com temas de interesse do aluno.

- **Temas e Bibliografia:**

Ensino Básico: Desenho de Instrumentos Regulatórios

Bibliografia obrigatória:

CRUZ, Tassia Cruz; FARIAS, Camila; SÁ, Eduardo; CUCONATO, Gabriela; CARVALHO, Juliana; PORTELLA, Juliana; e DUQUE, Yara. Relatório de Política Educacional. Experiências Internacionais de Financiamento da Educação. Dados para o Debate Democrático na Educação. MS editora e gráfica LTDA: Brasília, 2018. Disponível em: http://d3e.com.br/wp-content/uploads/2018/08/REL2_D3E_financiamento.pdf.

FARIA, Ernesto Martins; GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. Excelência com equidade: fatores escolares para o sucesso educacional em circunstâncias desfavoráveis. Fundação Carlos Chagas, v. 26, n. 61, Jan. 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3115>.

MENEZES FILHO, Naercio. Como Melhorar a Educação no Brasil. Economia e Governo, 2015. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2015/11/como-melhorar-a-educacao-no-brasil.pdf>.

OLIVEIRA, H. L. G.; LEIRO, A. C. R. (2019). Políticas de formação de professores no Brasil. *Pro-Posições*, 30, 1-26. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8656527>.

RAGAZZO, Carlos; ALMEIDA, Guilherme. Uma estratégia regulatória local para a educação básica no Rio de Janeiro. (Artigo no prelo), 2019. (A minuta será enviada por e-mail).

Bibliografia complementar:

TAFNER, Paulo. Educação básica no Brasil: evolução recente, impasses e desafios. In: *Desafios da Nação: artigos de apoio*, volume 2. Organizadores: João Alberto De Negri, Bruno César Araújo, Ricardo Bacelette. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180413_desafios_da_nacao_artigos_vol2_cap24.pdf.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Implementação da BNCC - Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/172.pdf>.

Ensino Superior

Bibliografia obrigatória:

JOHNES, J. University rankings: What do they really show?. *Scientometrics* 115, p. 585–606, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-018-2666-1#citeas>.

LIMA, João Marcelo de Costa e Silva; RAGAZZO, Carlos; MOLHANO, Leandro. A Oferta de cursos do PROUNI e o Mercado de Trabalho. *Revista da Faculdade de Direito– UFPR, Curitiba*, vol. 61, n. 3, set./dez. 2016, p.119–139. Disponível em: <https://www.revistas.ufpr.br/direito/article/view/45019>.

OCDE. Repensando a garantia de qualidade para o ensino superior. Cap 1. Avaliação e recomendações, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/ocde/Repensando_a_Garantia_de_Qualidade_para_o_Ensino_Superior_no_Brasil_PT.pdf.

UNESCO. Six Ways Ensure Higher Education Leaves no One Behind. Policy Paper nº 30. 2017. Disponível em: <https://en.unesco.org/gem-report/six-ways-ensure-higher-education-leaves-no-one-behind>.

Bibliografia complementar:

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2015, vol.20, n.3, pp.603-619. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>.

MCKINSEY & COMPANY. Educação para o Trabalho: desenhando um sistema eficaz. 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/372428059/Educacao-para-o-trabalhoMckinsey-pdf>.

NUNES, Edson de Oliveira. Regulação e Ensino Superior no Brasil. Documento de Trabalho nº 112. Observatório Regulatório, 2014. Disponível em: http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_112.pdf.

Programas de Primeiro Emprego

Bibliografia Obrigatória:

CEFALO, R.; SCANDURRA, R.; KAZEPOV, Y. Youth Labor Market Integration in European Regions. *Sustainability*, 12, 3813, 2013. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/9/3813/htm>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling up investments in decent jobs for youth/International Labour Office – Geneva: ILO, 2015. Cap 1, 3 e 5. Disponível em: [https://no.pinterest.com/pin/299489443964655548/?amp_client_id=CLIENT_ID\(&mweb_unauth_id=&from_amp_pin_page=true](https://no.pinterest.com/pin/299489443964655548/?amp_client_id=CLIENT_ID(&mweb_unauth_id=&from_amp_pin_page=true).

MACIEL, L., & ROSSIGNOLI, M. (2019). A regulação estatal para incentivar o primeiro emprego dos jovens no Brasil: elementos para o desenvolvimento econômico. *Direito E Desenvolvimento*, 10(2), 141-156. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoe_desenvolvimento/article/view/1048.

REIS, Mauricio. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 125-143, Mar. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402015000100125.

Bibliografia complementar:

FOGUEL, Miguel; FRANCA, Maíra Penna. Sensibilidade mercado de trabalho grupos socioeconômicos, Nota Técnica. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9888/1/bmt_65_05_nota3_sesibilidade.pdf.

RAMOS, Carlos Alberto; LOBO, Vinícius. A Importância Alocativa das Políticas de Emprego. *Revista mercado de trabalho*, n. 58, ano 21, abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4231/4/bmt_58_politicaemfoco_importancia.pdf.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel; TOMELIN, Leon Faceira. Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal. Rio de Janeiro, Novembro de 2017. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2347.pdf.

Lifelong Learning: Construção de uma Nova Política Regulatória

Bibliografia obrigatória:

BANCO MUNDIAL. The Changing Nature of Work. World Development Report 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>.

EUROPEAN UNION. The Key Competences for Lifelong Learning – A European Framework is an annex of a Recommendation of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning that was published in the Official Journal of the European Union on 30 December 2006/L394. Disponível em: http://www.yedac.eu/media/5379/keycomp_en.pdf.

Bibliografia complementar:

OECD. Skills Strategy 2019: Skills to Shape a Better Future, OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264313835-en>.

WORLD BANK. Options for financing lifelong learning (English). Policy, Research working paper; Nº. WPS 2994. Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/491671468766490745/pdf/multi0page.pdf>.

JAVIS, Peter. Democracy, Lifelong Learning and the Learning Society. Volume 3. London and New York: Routledge, 2008.

ESCOBARI, Marcela; SEYAL, Ian; MEANEY, Michael. Realism About Reskilling: Upgrading the career prospects of America's low-wage workers. Brookings, 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/11/Realism-About-Reskilling-Final-Report.pdf>.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Bibliografia obrigatória:

AHRENS, Joachim. Building science, technology and innovation policies. Sci Dev Net, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/31TSE8Y>.

AYMING. Global R&D Tax Incentives. The Benchmark 2020. Disponível em: <https://www.ayming.co.uk/tools/global-rd-tax-incentives-the-benchmark/>.

IPEA. Desafios da Nação. Brasília 2018, Volume I. Pesquisa e Inovação Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32753.

ROCHA, Frederico. Qual o efeito do apoio governamental à inovação sobre o gasto empresarial em P&D? Evidências do Brasil. Revista Brasileira De Inovação, 14, 37-60, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649099>.

PARANHOS, Julia; CATALDO, Bruna; PINTO, Ana Carolina de Andrade. Criação, institucionalização e funcionamento dos núcleos de inovação tecnológica no Brasil: características e desafios. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, RS, v. 24, n. 2, p. 253-2.80, set. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/84988>.

Bibliografia complementar:

RAUEN, André. Mapeamento das compras federais de P&D segundo uso da lei de inovação, 2017. In: Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil / organizador: André Tortato Rauen. – Brasília: Ipea, 2017. 481 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8942/1/Mapeamento%20das%20compras.pdf>.

FOSS, Maria Carolina. Compras públicas como instrumento de política de inovação orientada à demanda: experiências no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. Tese de doutorado: Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/333966/1/Foss_MariaCarolina_D.pdf.

Regras de Redução de Risco Regulatório: Capacidade Regulatória

Bibliografia obrigatória:

AMARAL, H. K. do. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. *Revista Do Serviço Público*, 57(4), p. 549-563, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/211>.

CUNHA, Bruno Q. Os Regulocratas: Características Corporativas e Implicações Sistêmicas do Funcionamento da Burocracia das Agências Reguladoras no Brasil. Rio de Janeiro, Junho de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30336&fbclid=IwAR1in5loSrsOYQ5bg_iTCMMpMfcyQalYxMX8D-hOubgcR3P0OR517YEzbEA.

CUNHA, Bruno Q.; PEREIRA, Ana K.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. State capacity and utilities regulation in Brazil: Exploring bureaucracy. Brasília, Junho de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317871535_State_capacity_and_utilities_regulation_in_Brazil_Exploring_bureaucracy.

OCDE. Recomendação do Conselho sobre Política Regulatória e Governança, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/Recommendation%20PR%20with%20cover.pdf>.

Bibliografia complementar:

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, June 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200121.

RANZINI, M. de S.; BRYAN, N. A. P. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. *Revista Do Serviço Público*, 68(2), 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1004>.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 107-157, Apr. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006.

Regras de Restrição a Investimento Estrangeiro

Bibliografia obrigatória:

BONELLI, Regis. A note on foreign direct investment (FDI) and industrial competitiveness in Brazil. Ed. IPEA: Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5143/1/DiscussionPaper_79.pdf.

EUROPEAN COMMISSION. White Paper on levelling the playing field as regards foreign subsidies COM/2020/253 final, 17/06/2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/competition/international/overview/foreign_subsidies_white_paper.pdf.

GOYDER Joanna; MIR, Aimen; DAVIS, Michele; YIN, Hazel. The politics of global M&A: navigating foreign investment controls. *Freshfields Bruckhaus Deringer*, 23/06/2020. Disponível em: <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=d39ac528-6fb7-49f6-bb72-5d6b71c7a25c>.

GOYDER, Joanna; BONIN, Andreas von; DODOO, Ninette; LACIAK, Christine. Wide-ranging new EU tool targets foreign state subsidies. *Freshfields Bruckhaus Deringer*, 19/06/2020. Disponível em: <https://riskandcompliance.freshfields.com/post/102g9zc/wide-ranging-new-eu-tool-targets-foreign-state-subsidies>.

KALFADELLIS, Paul; GRAY, Judy; FREEMAN, Susan. The 'national interest' and the screening of Foreign Direct Investment (FDI). *Australia*, Jun. 2006. Disponível em: <https://webarchive.nla.gov.au/awa/20070130054516/http://pandora.nla.gov.au/pan/44459/20070124-0000/wp35-05.pdf>.

MASTERS, Jonathan; MCBRIDE, James. Foreign Investment and U.S. National Security. *Renewing America*. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/foreign-investment-and-us-national-security>.

PARLIAMENT OF AUSTRALIA. Kali Sanyal, Economics. Australia's foreign investment policy, 2013. Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BriefingBook44p/AustForeignInvest.

SCOTT, Jason. Australia to Toughen Foreign Investment Laws Amid China Spat. *Bloomberg*: 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-06-04/australia-to-boost-foreign-investment-rules-for-sensitive-assets>.

Bibliografia complementar:

ROSNER, David; JOHNSTON, Justine. The Foreign Investment Regulation Review - Edition 7. Canadá. Disponível em: <https://thelawreviews.co.uk/edition/the-foreign-investment-regulation-review-edition-7/1209441/canada>.

HELLSTRÖM, Jerker. China's Acquisitions in Europe: European Perceptions of Chinese Investments and their Strategic Implications. Dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315497771_China's_Acquisitions_in_Europe_European_Perceptions_of_Chinese_Investments_and_their_Strategic_Implications.

JACKSON, James K. The Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS). Congressional Research Service, p. 4. Jul. 2018. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL33388.pdf>.

UFIMTSEVA, Anastasia; SHAPIRO, Daniel; LI, Jing. How coronavirus is changing the rules on foreign investment in essential areas. The Conversation. May 5, 2020. <https://theconversation.com/how-coronavirus-is-changing-the-rules-on-foreign-investment-in-essential-areas-135660>.

YOUNG, Stephen; TAVARES, Ana Teresa. Multilateral rules on FDI: Do we need them? Will we get them? A developing country perspective. UNCTAD Transnational Corporations volume 13, nº1, abril de 2004. Disponível em: https://unctad.org/en/docs/iteit20043a1_en.pdf.

ANDRADE Israel de Oliveira; DA SILVA FILHO, Edison Benedito; LEITE, Alixandro Werneck. Análise da regulação dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, In: A Política Comercial Brasileira em Análise. Organizadores: Alexandre Messa e Ivan Tiago Machado Oliveira / Brasília, 2017 Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8311#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20do%20Conhecimento%20do%20Ipea,investimentos%20estrangeiros%20diretos%20no%20Brasil&text=Abstract%3A,a%20pol%C3%ADtica%20comercial%20do%20pa%C3%ADs>.

Regras de Concessão de Incentivo Fiscal (Benefícios Tributários)

Bibliografia obrigatória:

COMISSÃO EUROPEIA. Common Methodology for State aid Evaluation, Comission Staff Working Document, 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/competition/state_aid/modernisation/state_aid_evaluation_methodology_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA. You can't improve what you can't measure. Competition Policy Brief nº7, junho de 2014. Disponível em: http://ec.europa.eu/competition/publications/cpb/2014/007_en.pdf.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; CUESTA, Karine Susan Gomes Cuesta. Governança Regulatória para Incentivos Fiscais: Prevenção à Corrupção (mimeo).

Bibliografia complementar:

RODRIK, Dani. Industrial policy for the twenty-first century. Harvard University. Disponível em: <https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/industrial-policy-twenty-first-century.pdf>.

Política de Defesa da Concorrência

Bibliografia obrigatória:

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014, v. , p. 157-188.

KOVACIC, William E., HYMAN, David. A. Competition Agencies with Complex Policy Portfolios: Divide or Conquer? Illinois Program in Law, Behavior and Social Science Paper No. LE12-14, 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2110351.

OCDE. Peer Reviews of Competition Law and Policy: Brazil 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/competition/oecd-peer-reviews-of-competition-law-and-policy-brazil-2019.htm>.

Bibliografia complementar:

UNITED KINGDOM. UK Competition and Markets Authority, Unlocking digital competition, Report of the Digital Competition Expert Panel, 2019, pp. 8-16. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/785547/unlocking_digital_competition_furman_review_web.pdf.

George J. Stigler Center for the Study of the Economy and the State, The University of Chicago Booth School of Business, Committee for the Study of Digital Platforms, Market Structure and Antitrust Subcommittee Report, 2019, pp. 11-34. Disponível em: https://research.chicagobooth.edu/-/media/research/stigler/pdfs/digital-platforms---committee-report---stigler-center.pdf?la=en&hash=2D23583FF8BC_C560B7FEF7A81E1F95C1DDC5225E.

Política de Anticorrupção

Bibliografia obrigatória:

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; FREITAS, Fernanda. Brazilian Anti-Corruption Structure: Normative Systematization and Institutional Coordination Issues. VERFASSUNG UND RECHT IN UBERSEE, v. 04, p. 463-482, 2019.

MOHALLEM, Michael Freitas; RAGAZZO, Carlos. Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18167>.

OCDE. Recommendation of the Council for Further Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions (2009). Disponível em: <http://www.oecd.org/corruption/anti-bribery/OECD-Anti-Bribery-Recommendation-ENG.pdf>.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The political economy of corruption. K.A. Elliott (Ed.), Corruption and the global economy, Institute for International Economics, Washington, DC, 2002, (31-60). Disponível em: http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_1/CORRUPTION%20The%20political%20economy%20of%20corruption.pdf.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Victor Aguiar de. Corrupção e Análise Econômica: como o sistema de incentivos influencia o quadro de comportamentos ilícitos. In Direito Administrativo e Corrupção (coord. André Cyrino, Anna Cartolina Migueis, Fernanda Morgan). Belo Horizonte: Forum, 2020 (89-115). Disponível em: https://www.academia.edu/43150656/Corrup%C3%A7%C3%A3o_e_An%C3%A1lise_Econ%C3%B4mica_como_o_sistema_de_incentivos_influencia_o_quadro_de_comportamentos_il%C3%ADcitos.

BUKOVANSKY, Mlada. The hollowness of anti-corruption discourse. Review of International Political Economy, 13(2), p. 181-203, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09692290600625413?needAccess=true>.

Programas de Acesso a Crédito

Bibliografia obrigatória:

BUCKLEY, Ross P. et al. The Road to RegTech: the (astounding) example of European Union in Journal of Banking Regulation (2019). Disponível em: https://ideas.repec.org/a/pal/jbkreg/v21y2020i1d10.1057_s41261-019-00104-1.html.

MANO, Miguel de La; PADILLA, Jorge. Big Tech Banking, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3294723.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Projeto Inclusão Financeira. Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Coordenadores: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira; DODL, Alessandra, 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf.

CONVERGENCES. Microfinance Barometer 2018. 9th edition, 2018. Disponível em: <https://www.european-microfinance.org/publication/microfinance-barometer-2018>.

Bibliografia complementar:

ROSENTHAL, Clifford. Democratizing Finance: Origins of the Community Development Financial Institutions Movement, Hardcover, 2015. Disponível em: <https://www.amazon.com/Democratizing-Finance-Community-Development-Institutions/dp/1525536621>.

Programas de Transferência de Renda

Bibliografia obrigatória:

LICIO, Elaine Cristina et al. Programas Estaduais de Transferência de Renda com condicionalidades no âmbito do plano Brasil sem Miséria. Rio de Janeiro, julho de 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8496/1/TD_2392.pdf.

NERI, Marcelo. Uma próxima geração de programas de transferências de renda condicionada. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 51(2): p. 168-181, mar-abr. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/67720/65349>.

Políticas de Saúde Pública: Saúde Universal

Bibliografia obrigatória:

BANCO MUNDIAL. Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro. Washington: BM, 2019. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/545231536093524589/Propostas-de-Reformas-do-SUS.pdf>.

CASTRO, Marcia, et al. Brazil's Unified Health System: The First 30 Years and Prospects for the Future. LANCET, p.1-12, 2019. Disponível em: https://pesquisa.easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/brazils_unified.pdf.

MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. Cadernos de Saúde Pública 33 (Suppl 2) 02 Out 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33suppl2/e00129616/pt/>.

MALIK, A. M., Lewis, M. & PENTEADO, E. Brazil's Mixed Public and Private Hospital System. World Hospitals and Health Services, v. 51, p. 22-27, 2015. Disponível em: https://pesquisa-easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/malik_brazils_mixed_public_and_private_hospital_system.pdf.

ROCHA, R, FURTADO, Isabela e SPINOLA, Paula. Garantindo o Futuro da Saúde no Brasil: Necessidades de Financiamento e Projeção de Gastos. São Paulo: IEPS, 2019. Disponível em: <https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Garantindo-o-Futuro-da-Sau%CC%81de-no-Brasil.pdf>.

Bibliografia complementar:

OCDE. Health at a Glance. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/4dd50c09-en.pdf?expires=1593949016&id=id&accname=guest&checksum=DE047E9CD98F70FE302E960A189D50F9>.

Política de Previdência

Bibliografia obrigatória:

HOLLAND, Márcio; MÁLAGA, Tomás. Previdência Social no Brasil: Propostas para uma reforma de longo prazo. FGV Working Papers 487, Setembro de 2018. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24784>.

LAVINAS, Lena; ARAUJO, Eliane de. Reforma da Previdência e Regime Complementar. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 3 (148), pp. 615-635, julho-setembro/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v37n3/1809-4538-rep-37-03-615.pdf>.